

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
 Nire: 33.30026105-2  
 Protocolo: 00-2014/410574-8 - 02/12/2014  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 03/12/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
 E DATA ABAIXO.

ED33000583-3/000  
 DATA: 03/12/2014

Bernardo F. S. Berwanger  
 SECRETÁRIO GERAL

00-2014/410574-8 02 dez 2014 15:52  
 JUCERJA Guia: 101386299  
 3330026105-2 Atos: 980  
 SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
 CUMPRIR A EXIGÊNCIA NO MESMO LOCAL DA ENTRADA. JUNTA » Calculado: 417,00 PAGO: 417,00  
 DNRC » Calculado: 0,00 PAGO: 0,00  
 HASH: D14124105748T  
 ULT. ARQ.: C0002699728 24/11/2014 307

## 1. REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S.A.  
 (da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
01	980			INST. TARE DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDO) EMISSÃO DE DEBITORES SIMPLES, NA CONTRAPARTIDA DAS AÇÕES EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Liz Carlos Damilho filho

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: 2153 3392

02  
 Local  
02/12/14  
 Data

## 2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

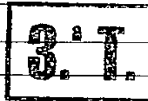
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.  
 À decisão.



☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.  
 (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
 (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

03/12/2014  
 Data

Vogal  
 Presidente da Turma

Pavão de Oliveira, Paulo  
 Vogal  
 Matr.: 365-7

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Cândido Oliveira Carneiro de Souza  
 Vogal  
 Matr.: 397-0

Folha 83 em 03/12/2014

Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
 Nire: 33300261052  
 Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
 Arquivamento: ED33000583-000/3

03/A



1165905

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SUPERVIA  
CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**

**ENTRE**

**SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.,**  
*COMO EMISSORA*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*COMO AGENTE FIDUCIÁRIO*

**DATADA DE**  
**27 DE NOVEMBRO DE 2014**

**supervia**  
*Trens Urbanos*  
**Jurídico**  
**VISTO**

*[assinatura]*  
1  
*[assinatura]*

*[assinatura]*  
**Bernardo F. S. Berwanger**  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



Pelo presente instrumento particular,

- (a) **SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da América, nº 210, parte, Santo Cristo, CEP 20220-590, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.735.385/0001-60, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora"); e
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Escritura de Emissão"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

- 1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:

1.1.1. "Ações da Emissora": possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.9.1.1;

1.1.2. "Ações da FEP": possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.9.2.1;

1.1.3. "Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios": possui o significado atribuído no item 5.9.3.1;

1.1.4. "Aditamento ao Contrato de Penhor de Ações da Emissora": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

DOCS-SP - 292650v23

2  
f

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165907

05/1

- 1.1.5. "AGE da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.6. "Agente Fiduciário": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;
- 1.1.7. "Amortização Programada": possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.8. "ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.9. "Aquisição Antecipada Facultativa": possui o significado atribuído no item 5.16.1;
- 1.1.10. "Assembleia Geral de Debenturistas": possui o significado atribuído no item 11.1.1;
- 1.1.11. "Atualização Monetária": possui o significado atribuído no item 5.6.2;
- 1.1.12. "Aviso aos Debenturistas": possui o significado atribuído no item 13.6.1;
- 1.1.13. "Banco Depositário": significa o Banco Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04;
- 1.1.14. "Banco Liquidante de Emissão": possui o significado atribuído no item 12.2;
- 1.1.15. "BNDES": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.16. "Carta de Fiança": significa a carta de fiança, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
- 1.1.17. "CETIP": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.18. "Cláusulas Essenciais": significa as seguintes cláusulas do Contrato de Financiamento BNDES: (a) Primeira - apenas no que se refere à alteração, para maior, do valor global do financiamento; (b) Terceira; (c) Quarta; (d) Quinta; (e) Sexta; (f) Oitava; (g) Nona; (h) Décima; (i) Décima Primeira - apenas o *caput*, inciso I, Parágrafos Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto,

DOCS-SP - 292650v23



3

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165908

Ob/Λ

Quinto e Décimo Segundo – apenas no que se refere à obrigação do inciso I - e parágrafos Oitavo, Nono, Décimo e Décimo Primeiro; **(j)** Décima Terceira - apenas os incisos I, XI e XIV do *caput* e os Parágrafos Terceiro e Quarto; **(k)** Vigésima; **(l)** Vigésima Primeira; **(m)** Vigésima Segunda; **(n)** Vigésima Terceira; **(o)** Vigésima Quarta – apenas no que se refere à majoração das penalidades; **(p)** Vigésima Quinta; **(q)** Vigésima Sexta; e **(r)** Parágrafo Primeiro da Cláusula Vigésima Quinta;

- 1.1.19. **"CNPJ/MF"**: possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.20. **"Código ANBIMA"**: possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.21. **"Código Civil Brasileiro"**: possui o significado atribuído no inciso (v) do item 7.1.2;
- 1.1.22. **"Conta RTP"**: possui o significado atribuído no inciso (vi) do item 5.9.2.1;
- 1.1.23. **"Conta Reserva"**: significa a Conta Reserva da FEP cedida fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- 1.1.24. **"Conta Suporte"**: significa a Conta Suporte da OTP cedida fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- 1.1.25. **"Conta Vinculada"**: significa a Conta Vinculada da Emissora cedida fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- 1.1.26. **"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"**: significa o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças nº 13.2.0768.2, celebrado em 26 de setembro de 2013, conforme aditado de tempos em tempos;
- 1.1.27. **"Contrato de Concessão"**: possui o significado atribuído no inciso (iii) do item 5.9.3.1;
- 1.1.28. **"Contrato de Compartilhamento"**: possui o significado atribuído no item 5.9.4.1;
- 1.1.29. **"Contrato de Delegação"**: possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.9.3.1;
- 1.1.30. **"Contrato de Distribuição"**: possui o significado atribuído no item 4.6.1;Λ

DOCS-SP - 292650v23



4

Λ

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165909

07/A

- 1.1.31. "**Contrato de Financiamento BNDES**": possui o significado atribuído no item 5.9.4.1;
- 1.1.32. "**Contratos de Garantia**": significa, em conjunto, o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, o Contrato de Penhor de Ações da FEP e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e respectivos aditamentos;
- 1.1.33. "**Contrato de Penhor de Ações da Emissora**": significa o Contrato de Penhor de Ações nº 13.2.0768.3, celebrado em 26 de setembro de 2013, conforme aditado de tempos em tempos;
- 1.1.34. "**Contrato de Penhor de Ações da FEP**": possui o significado atribuído no item 5.9.2.1;
- 1.1.35. "**Contratos de Penhor**": significa, em conjunto, o Contrato de Penhor de Ações da Emissora e o Contrato de Penhor de Ações da FEP e respectivos aditamentos;
- 1.1.36. "**Contrato de Suporte**": possui o significado atribuído no item 5.10.1;
- 1.1.37. "**Coordenadores**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.38. "**Coordenador Líder**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.39. "**CVM**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.40. "**Data de Emissão**": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.41. "**Data de Pagamento da Amortização Programada**": possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.42. "**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**": possui o significado atribuído no item 5.6.1.2;
- 1.1.43. "**Data de Vencimento**": possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.44. "**Debêntures**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.45. "**Debêntures em Circulação**": possui o significado atribuído no item 11.2.2;
- 1.1.46. "**Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 5.1.5;

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

5

DOCS-SP - 292650v23

16. 4

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165910

38/1

- 1.1.47. "**Dia Útil**": possui o significado atribuído no item 13.8.2;
- 1.1.48. "**Direitos Cedidos**": possui o significado atribuído no item 5.9.3.1;
- 1.1.49. "**DOERJ**": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.50. "**DOESP**": possui o significado atribuído no item 3.2.4;
- 1.1.51. "**Emissão**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.52. "**Emissora**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.53. "**Escritura de Emissão**": significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.;
- 1.1.54. "**Escriturador Mandatário**": possui o significado atribuído no item 12.1;
- 1.1.55. "**Evento de Inadimplemento**": possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.56. "**FEP**": significa a **F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Bloco D, Butantã, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.787.226/0001-99;
- 1.1.57. "**FETRANSPOR**": possui o significado atribuído no inciso (i) item 5.9.3.1;
- 1.1.58. "**Garantias Reais**": significa as garantias reais objeto do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, do Contrato de Penhor de Ações da FEP e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e respectivos aditamentos;
- 1.1.59. "**Garantidoras**": significa a FEP e a Rio Trens em conjunto;
- 1.1.60. "**IBGE**": possui o significado atribuído no item 5.6.2;
- 1.1.61. "**ICSD**": possui o significado atribuído no item 5.9.3.3;
- 1.1.62. "**Instituição Financeira de Primeira Linha**": significa instituição financeira que atenda, cumulativamente, as seguintes condições: (i) esteja

6

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

CR 8

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165911

entre as 5 maiores em termos de (ativos totais – intermediação), conforme divulgado no Ranking do Banco Central do Brasil; **(ii)** tenha *rating* AAA (triplo A) em escala local de longo prazo por 2 (duas) dentre as seguintes agências de *rating*: Standard & Poors, Fitch Ratings ou equivalente pela Moody's; e **(iii)** esteja cumprindo índice de basileia mínimo exigido pelas normas brasileiras;

- 1.1.63. "**Instrução CVM 28**": possui o significado atribuído no inciso (v) do item 10.2.1;
- 1.1.64. "**Instrução CVM 358**": possui o significado atribuído no inciso (xxix) do item 8.1.1;
- 1.1.65. "**Instrução CVM 476**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.66. "**Instrução CVM 400**": possui o significado atribuído no inciso (xxv) do item 8.1.1;
- 1.1.67. "**Investidores Qualificados**": possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.68. "**IGP-M/FGV**": possui o significado atribuído no item 10.3.6;
- 1.1.69. "**IPCA**": possui o significado atribuído no item 5.6.2;
- 1.1.70. "**JUCERJA**": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.71. "**JUCESP**": possui o significado atribuído no item 3.2.4;
- 1.1.72. "**Juros Remuneratórios**": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.73. "**Lei 6.385**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.74. "**Lei 12.431**": possui o significado atribuído no item 3.7.1;
- 1.1.75. "**Lei das Sociedades por Ações**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.76. "**Lei de Concessões**": possui o significado atribuído no item 5.9.3.1
- 1.1.77. "**MDA**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.78. "**Notificação de Suporte**": possui o significado atribuído no item 6.2.3.1;

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

7

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





1165912

- 1.1.79. **"Notificação de Vencimento Antecipado"**: possui o significado atribuído no item 6.2.1.2;
- 1.1.80. **"Nova Data de Vencimento"**: possui o significado atribuído no inciso (i) do item 7.1.9;
- 1.1.81. **"Novo Índice"**: possui o significado atribuído no item 5.6.2.3;
- 1.1.82. **"Obrigações de Suporte"**: possui o significado atribuído no item 5.10.1;
- 1.1.83. **"ODEBRECHT"**: significa a **Odebrecht S.A.**, sociedade anônima, com sede em Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luís Viana, nº 2.841. Ed. Odebrecht, Bairro Paralela, CEP 41730-900, inscrita no CNPJ sob o nº 05.144.757/0001-72;
- 1.1.84. **"Oferta de Resgate Antecipado"**: possui o significado atribuído no item 5.15.1;
- 1.1.85. **"Oferta Restrita"**: possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.86. **"OTP"**: significa a **Odebrecht TransPort S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Bairro Butantã, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.251.483/0001-86;
- 1.1.87. **"Patrocinadoras"**: significa a OTP e a ODEBRECHT em conjunto;
- 1.1.88. **"Período de Ausência IPCA"**: possui o significado atribuído no item 5.6.2.1;
- 1.1.89. **"Período de Capitalização"**: possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.90. **"Poder Concedente"**: possui o significado atribuído no inciso (iii) do item 5.9.3.1;
- 1.1.91. **"Portaria MT 202"**: possui o significado atribuído no item 3.7.1;
- 1.1.92. **"Portaria MT 404"**: possui o significado atribuído no item 3.7.1;
- 1.1.93. **"Procedimento de Bookbuilding"**: possui o significado atribuído no item 4.6.4;
- 1.1.94. **"Projeto"**: possui o significado atribuído no item 4.2.1;

DOCS-SP - 292650v23

SUPERVIA  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

8

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165913

W/A

- 1.1.95. "RCA da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.2;
- 1.1.96. "RCA da FEP": possui o significado atribuído no item 2.4;
- 1.1.97. "RCA da Rio Trens": possui o significado atribuído no item 2.3;
- 1.1.98. "RCA da OTP": possui o significado atribuído no item 2.5;
- 1.1.99. "Receita Cedida": possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.9.3.1;
- 1.1.100. "Rio Trens": significa a **Rio Trens Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da América, nº 210, parte, Santo Cristo, CEP 20220-590, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.720.700/0001-86;
- 1.1.101. "Saldo Mínimo de Reserva": possui o significado atribuído no item 5.9.3.2;
- 1.1.102. "Saldo Mínimo de Suporte": possui o significado atribuído no item 5.10.1;
- 1.1.103. "Saldo na Data do Evento de Inadimplemento": possui o significado atribuído no item 6.2.1.2;
- 1.1.104. "Usuários": possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.9.3.1;
- 1.1.105. "Taxa Substitutiva": possui o significado atribuído no item 5.6.2.1;
- 1.1.106. "Valor Nominal Unitário": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.1.107. "Valor Nominal Unitário Atualizado": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.108. "Valor Total da Emissão": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e

## CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÕES

- 2.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 24 de outubro de 2014 ("AGE da Emissora").
- 2.2. A celebração, pela Emissora, do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido no item 5.9.3.1 abaixo) foi aprovada por

9

Handwritten signature and initials.

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Handwritten signature of Bernardo F. S. Berwanger.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165914

meio de deliberação tomada na AGE da Emissora e em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 24 de outubro de 2014 ("RCA da Emissora").

- 2.3. A celebração, pela Rio Trens, do Aditamento ao Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações da FEP (conforme definidos no itens 5.9.1.1 e 5.9.2.1 abaixo) foi aprovada por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Rio Trens, realizada em 24 de outubro de 2014 ("RCA da Rio Trens").
- 2.4. A celebração, pela FEP, do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido no item 5.9.3.1 abaixo) e do Contrato de Penhor de Ações da FEP foi aprovada por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da FEP, realizada em 24 de outubro de 2014 ("RCA da FEP").
- 2.5. A celebração, pela OTP, do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido no item 5.9.3.1 abaixo) e do Contrato de Suporte (conforme definido no item 5.10.1 abaixo) foi aprovada por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da OTP, realizada em 6 de novembro de 2014 ("RCA da OTP").

### CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385") e na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), de acordo com os requisitos a seguir.
- 3.2. **Arquivamento e Publicação da Ata da AGE da Emissora, da RCA da Emissora, da RCA da Rio Trens, da RCA da FEP, e da RCA da OTP**
- 3.2.1. A ata da AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão foi devidamente:
- (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sob o número 00002694718, sessão de 10 de novembro de 2014; e
  - (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no Jornal do Comércio no dia 11 de novembro de 2014, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165915

13/A

3.2.2. A ata da RCA da Emissora foi devidamente: **(i)** arquivada perante a JUCERJA, sob o número 00002694719, sessão de 10 de novembro de 2014; e **(ii)** publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro DOERJ e no Jornal do Comércio no dia 11 de novembro de 2014.

3.2.3. A ata da RCA da Rio Trens foi devidamente: **(i)** arquivada perante a JUCERJA sob o número 00002696029, sessão de 12 de novembro de 2014; e **(ii)** publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro DOERJ e no Jornal do Comércio em 17 de novembro de 2014.

3.2.4. A ata da RCA da FEP será devidamente: **(i)** arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"); e **(ii)** publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Jornal do Comércio.

3.2.5. A ata da RCA da OTP foi devidamente arquivada perante a JUCESP sob o número 457.598/14-1, sessão de 12 de novembro de 2014 e será publicada no DOESP e no Jornal Valor Econômico.

### 3.3. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

3.3.1. A Emissora deverá efetuar, às suas expensas, o protocolo da presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCERJA, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua respectiva assinatura, entregando ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados na JUCERJA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo registro.

### 3.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei 6.385, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 3.5. Registro na ANBIMA



11

f

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



14/1

3.5.1. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo primeiro, inciso I, e parágrafo segundo, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"), condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pela instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), de diretrizes específicas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º do Código ANBIMA, para o cumprimento da obrigação.

### 3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.6.2. Não obstante o descrito no item 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 4.6.2 abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo respectivo investidor, conforme o caso, e em conformidade com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações constantes no artigo 17 da mesma Instrução.

### 3.7. Enquadramento do Projeto

3.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido no item 4.2.1 abaixo), por meio da Portaria do Ministério dos Transportes nº 202, de 24 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2012 ("Portaria MT 202"), como projeto prioritário pelo Ministério dos Transportes. Adicionalmente, foi expedida nova portaria específica do Ministério dos Transportes nº 404, de 20 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de novembro de 2014, para fins de

12  
14

DOCS-SP - 292650v23

superVIA  
Trans Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

15/11



enquadrar o Projeto (conforme abaixo definido) como prioritário, nos termos da Lei 12.431 ("Portaria MT 404").

### 3.8. Registro nos Cartórios de Títulos e Documentos

- 3.8.1. A Emissora deverá efetuar, às suas expensas, o protocolo dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte (conforme definido no item 5.10.1 abaixo) e seus eventuais aditamentos perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das localidades especificadas em cada um dos referidos contratos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados de sua respectiva assinatura, entregando ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do referido documento no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o último registro de cada contrato ou aditamento, conforme o caso, sendo certo que tais registros deverão ser concluídos previamente à liquidação da Oferta Restrita.

## CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 4.1. Objeto Social da Emissora

- 4.1.1. A Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros, conforme Decreto nº 24.013, de 27 de janeiro de 1998, e atividades correlatas, conforme Edital de Pré-Qualificação e de Licitação PED/ERJ nº 07-98, da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização do Estado do Rio de Janeiro, inclusive as relativas à execução da recuperação de parte do material rodante do sistema da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Flumitrens e a execução do Programa de Serviços e Obras, conforme definido no Edital e no contrato de concessão entre a Emissora e o Estado do Rio de Janeiro.

### 4.2. Destinação dos Recursos da Emissão

- 4.2.1. Nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, os recursos líquidos obtidos pela Emissão serão exclusivamente utilizados pela Emissora para investimentos em infraestrutura, reformas nas estações, implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, entre outros, na concessão onde a Emissora opera o serviço de trens urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ("Projeto").
- 4.2.2. A implementação do Projeto já está em curso, tendo atingido 40% (quarenta por cento) do comprometido, sendo que seu encerramento está previsto para ocorrer em Dezembro/2018.

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

13

15/11

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165918

4.3. **Número da Emissão**

4.2.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto é de aproximadamente R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais).

4.2.4. A Emissora estima que a presente Emissão deve representar até 15% (quinze por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

4.3.1. As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

4.4. **Número de Séries**

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

4.5.1. O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("**Valor Total da Emissão**") na Data de Emissão (conforme definido no item 5.1.8 abaixo).

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, em regime de garantia firme de subscrição da totalidade das debêntures, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com intermediação do Coordenador Líder e outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, "**Coordenadores**"), nos termos e condições estabelecidos no "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.", celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("**Contrato de Distribuição**").

4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**"). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: **(a)** todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e **(b)** as pessoas

14

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165919

18/11  
naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

- 4.6.3. No âmbito da Oferta Restrita: **(i)** será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e **(ii)** as Debêntures deverão ser subscritas e adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: **(a)** fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item; e **(b)** os investidores que exercerem direito de prioridade ou preferência não serão considerados para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item.
- 4.6.4. Os Coordenadores serão responsáveis pela estruturação e coordenação da Oferta Restrita, e o plano de distribuição pública previsto no Contrato de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Com o acompanhamento da Emissora, os Coordenadores realizarão a coleta de intenção de investimentos junto a Investidores Qualificados para verificação da demanda de Debêntures, em observância às disposições de ofertas públicas com esforços restritos de distribuição da Instrução CVM 476 ("**Procedimento de Bookbuilding**").
- 4.6.5. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: **(i)** a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; **(ii)** as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476, somente podendo ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados e desde que a Emissora cumpra as obrigações contidas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e **(iii)** efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais (conforme definido abaixo).
- 4.6.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

DOCS-SP - 292650v23

15  
f  
CG  
supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

11/12/2014  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





1165920

- 4.6.8. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em hipótese alguma.

## CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário: Haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário, conforme definido no item 5.6.2 abaixo.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.
- 5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Comprovação de Titularidade. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido no item 12.1 abaixo), onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.
- 5.1.6. Classe. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real.
- 5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures é o dia 15 de novembro de 2014 ("**Data de Emissão**").
- 5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2026 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de Aquisição Antecipada Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado (condicionada à

16

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



expedição de regulamentação específica pelo Conselho Monetário Nacional) ou Vencimento Antecipado das Debêntures, previstas nos itens 5.15 e 5.16 e na Cláusula VI desta Escritura de Emissão, respectivamente.

## 5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures e Preço

5.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer tempo dentro do período de distribuição. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, admitindo deságio sobre o preço de colocação.

## 5.3. Direito de Preferência

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## 5.4. Participação nos Lucros

5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

## 5.5. Prêmio de Reembolso

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

## 5.6. Remuneração das Debêntures

5.6.1. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado de acordo com o item 5.6.2 abaixo incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, equivalente a, no mínimo, 1,50% (um inteiro e cinquenta décimos por cento) e, no máximo, 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento), somado à taxa equivalente à remuneração anual da Nota do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de agosto 2024, que deverá ser a média das cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro) e 4º (quarto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*.

17

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165922

20/11

por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (conforme definido no item 5.6.1.2 abaixo), de acordo com o caso ("**Juros Remuneratórios**").

5.6.1.1. Define-se como "**Período de Capitalização**" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

5.6.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos pela Emissora em parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 15 de maio de 2015, e o último pagamento ocorrerá em 15 de novembro de 2026, (cada uma dessas datas, "**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**"), conforme previsto no Anexo 1 à presente Escritura de Emissão.

5.6.1.3. Conforme aprovado na AGE da Emissora, a taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de um aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde:

**J** = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 5.6.1.1 acima) das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

**VNa** = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorJuros** = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

18

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165923

$$FatorJuros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

- Taxa** = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme disposto no item 5.6.1 acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DP** = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou último evento de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

5.6.1.4. Farão jus aos pagamentos dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

5.6.2. Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

**VNa** = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (Valor Nominal Unitário remanescente após amortização de principal, atualização monetária, se houver), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**C** = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



19

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

22/8



1165924

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

**n** = Número total de números-índices utilizados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

**dup** = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

**dut** = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro;

**NI<sub>k</sub>** = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

**NI<sub>k-1</sub>** = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k".

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

Observações:

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso, no mês de atualização, o IPCA não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão observado o disposto nos itens a seguir.

Os fatores resultantes da expressão: são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.



20

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165925

Considera-se "**data de aniversário**" todo dia 15 de cada mês e, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se "**mês de atualização**" o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia anterior.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

5.6.2.1. Na ausência de apuração ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contado da data esperada para sua apuração ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("**Período de Ausência do IPCA**"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva**"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo da Atualização Monetária, o último número índice do IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.6.2.2. Caso o IPCA venha ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 5.6.2.1 acima, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas perderá o seu escopo e não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

5.6.2.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, ou caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 1

21

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Juridico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



12.431, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil, em consonância com a disposição do §1º do artigo 1º da Lei 12.431 ("Novo Índice"). Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo a estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o Novo Índice. Caso a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, seja referenciado em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, deverá ser ajustado de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.


#### 5.7. Tratamento Tributário

- 5.7.1. As Debêntures gozam do tratamento previsto no §1º-A do artigo 2º da Lei 12.431, por destinarem-se à implementação do Projeto, bem como para o reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto, o qual foi considerado como prioritário na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal, nos termos da Portaria MT 202 e da Portaria MT 404.
- 5.7.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante de Emissão (conforme definido no item 12.2 abaixo), no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.
- 5.7.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.7.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante de Emissão e ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante de Emissão, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.




22

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





1165928

26/11

169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de desmembramentos ou grupamentos das Ações da Emissora, seja por consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas, às quais, uma vez adquiridas pela Rio Trens, ficará automaticamente estendido o penhor, aplicando-se a estas todos os termos e condições do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, passando as mesmas a integrar a definição de Ações da Emissora para todos os fins e efeitos do Contrato de Penhor de Ações da Emissora;

- (iii) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações, e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora em relação às Ações da Emissora, de propriedade da Rio Trens, bem como debêntures conversíveis em ações, partes beneficiárias, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Rio Trens no capital social da Emissora, além dos direitos de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos pela Rio Trens até a liquidação da presente Emissão;
- (iv) todos os valores e bens recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos à Rio Trens a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações da Emissora, de quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações da Emissora sejam convertidas e de quaisquer outros bens ou títulos sujeitos ao Contrato de Penhor de Ações da Emissora, incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável; e
- (v) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos eventualmente adquiridos pela Rio Trens com o produto da realização dos bens objeto da garantia mencionada nos incisos (i) a (iv) deste item 5.9.1.1.

#### 5.9.2. Penhor de Ações da FEP

5.9.2.1. As Debêntures serão garantidas por penhor das ações

24

DOCS-SP - 292650v23

**superfina**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

8

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



28/1

representando a totalidade do capital social da FEP, sendo 500 (quinhentas) ações, de propriedade da Rio Trens, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da FEP, na Data da Emissão, nos termos do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 13.2.0768.5, a ser celebrado entre o BNDES, o Agente Fiduciário, a Rio Trens, a FEP, a Emissora e o Banco Depositário ("**Contrato de Penhor de Ações da FEP**"). O penhor de ações objeto do Contrato de Penhor de Ações da FEP incluirá todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das ações representando o capital social da FEP, incluindo:

- (i) todas as ações representativas do capital da FEP de titularidade da Rio Trens, subscritas até esta data, correspondentes a 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("**Ações da FEP**");
- (ii) todas as novas ações de emissão da FEP que a Rio Trens venha a adquirir no futuro, durante a vigência do Contrato de Penhor de Ações da FEP, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de desmembramentos ou grupamentos das Ações da FEP, seja por consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas, às quais, uma vez adquiridas pela Rio Trens, ficará automaticamente estendido o penhor, aplicando-se a estas todos os termos e condições do Contrato de Penhor de Ações da FEP, passando as mesmas a integrar a definição de Ações da FEP para todos os fins e efeitos do Contrato de Penhor de Ações da FEP;
- (iii) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações, e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela FEP em relação às Ações da FEP, de propriedade da Rio Trens, bem como debêntures conversíveis em ações, partes beneficiárias, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Rio Trens no capital social da FEP, além dos direitos de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos pela Rio Trens até a liquidação da presente Emissão;

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

25

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165930

- 28/8
- (iv) todos os valores e bens recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos à Rio Trens a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações da FEP, de quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações da FEP sejam convertidas e de quaisquer outros bens ou títulos sujeitos ao Contrato de Penhor de Ações da FEP, incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável;
  - (v) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos eventualmente adquiridos pela Rio Trens com o produto da realização dos bens objeto da garantia mencionada nos incisos (i) a (iv) deste item 5.9.2.1; e
  - (vi) todos os direitos creditórios detidos pela Rio Trens contra o Banco Depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na conta vinculada de titularidade da Rio Trens ("**Conta RTP**"), na qual serão depositados os valores mencionados nos incisos de (iii) a (v) deste item 5.9.2.1, e os valores mencionados nos incisos de (iii) a (v) do item 5.9.1.1, bem como eventuais aplicações financeiras destes recursos e respectivos rendimentos dessa conta.

**5.9.3. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**

5.9.3.1. As Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária em garantia, nos termos do artigo 28-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("**Lei de Concessões**"), do parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, e artigos 18 ao 20 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, nos termos do Aditivo nº 01 ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº 13.2.0768.2, a ser celebrado entre BNDES, o Agente Fiduciário, a Emissora, a FEP, a OTP, a ODEBRECHT e o Banco Depositário ("**Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"), dos seguintes direitos creditórios ("**Direitos Cedidos**"):

- (i) direito ao recebimento da integralidade da receita da Emissora proveniente da arrecadação realizada por meio da

26

SUPERVIA  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165931

2/1

Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("**FETRANSPOR**"), originária da cobrança tarifária a todos os clientes, usuários do serviço público de transporte ferroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro, notadamente das linhas indicadas no Contrato de Concessão ("**Usuários**"), através do VTE, bem como proveniente do subsídio concedido pelo Estado do Rio de Janeiro à Emissora, nos termos da Lei Estadual nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, administrado e repassado pela FETRANSPOR à Emissora, nos termos do Contrato Particular de Delegação celebrado entre a FETRANSPOR e a Emissora em 11 de julho de 2008 ("**Contrato de Delegação**"), limitada a 60% (sessenta por cento) da receita mensal total de cobrança tarifária aos Usuários auferida pela Emissora, acrescida dos subsídios respectivos ("**Receita Cedida**");

- (ii) todos os demais direitos da Emissora em face da FETRANSPOR, emergentes do Contrato de Delegação e eventuais aditivos, sem prejuízo do disposto no inciso (i) acima, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pela FETRANSPOR à Emissora, incluindo, mas não se limitando a todas as indenizações cabíveis que lhe forem devidas, nos casos previstos em lei e no Contrato de Delegação, desde que diretamente relacionados à percepção da integralidade da Receita Cedida;
- (iii) todos os direitos creditórios da Emissora em face do Estado do Rio de Janeiro, emergentes do Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Ferroviário de Passageiros, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro ("**Poder Concedente**") e a Emissora em 17 de setembro de 1998 e seus posteriores aditivos ("**Contrato de Concessão**"), incluindo: (a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, abrangendo, mas não se limitando a, todas as indenizações cabíveis que lhe forem devidas, nos casos previstos em lei e no Contrato de Concessão; e (b) todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão, de acordo

8  
14.

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

27

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165932

com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão;

- (iv) os direitos creditórios detidos pela Emissora contra o Banco Depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na Conta Vinculada de titularidade da Emissora, bem como eventuais aplicações financeiras destes recursos e rendimentos dessa conta, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
- (v) os direitos creditórios detidos pela FEP contra o Banco Depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na Conta Reserva de titularidade da FEP, bem como eventuais aplicações financeiras destes recursos e respectivos rendimentos dessa conta, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e
- (vi) os direitos creditórios detidos pela OTP contra o Banco Depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na Conta Suporte de titularidade da OTP, durante a vigência das obrigações de suporte estabelecidas no Contrato de Suporte (conforme definido abaixo), bem como eventuais aplicações financeiras destes recursos e respectivos rendimentos dessa conta, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

5.9.3.2. Mediante a utilização de recursos que compõem a Receita Cedida, a FEP se obriga a constituir e manter a Conta Reserva com saldo não inferior à soma dos seguintes valores: **(i)** 5/6 (cinco sextos) do valor da soma das prestações de amortização do principal e juros da dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES, vencíveis nos 6 (seis) meses subsequentes; e **(ii)** 5/6 (cinco sextos) do valor da soma da próxima prestação de Amortização Programada e da próxima prestação de Juros Remuneratórios, desde 5 (cinco) dias antes do recebimento dos recursos da Emissão até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ("**Saldo Mínimo de Reserva**").

5.9.3.3. Caso a Emissora apresente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

28

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



3 1/2

("ICSD") inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado nos termos do inciso (vi) do item 8.1.1 desta Escritura de Emissão, o Saldo Mínimo de Reserva passará automaticamente a ser equivalente à soma dos seguintes valores: (i) o valor da soma das prestações de amortização do principal e juros da dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES, vencíveis nos 6 (seis) meses subsequentes; e (ii) o valor da soma da próxima prestação de Amortização Programada e da próxima prestação de Juros Remuneratórios, nos termos da presente Escritura de Emissão.

5.9.3.4. Após o restabelecimento do ICSD igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ( $ICSD \geq 1,2$ ), a ser apurado nos termos do inciso (vi) do item 8.1.1 desta Escritura de Emissão, o Saldo Mínimo de Reserva voltará a ser equivalente ao valor estabelecido no item 5.9.3.2 acima.

#### 5.9.4. Contrato de Compartilhamento

5.9.4.1. As Garantias Reais descritas nos itens 5.9.1, 5.9.2 e 5.9.3 acima são constituídas em conjunto com o BNDES, na qualidade de credor e fiduciário de tais garantias, e serão compartilhadas com o BNDES proporcionalmente ao saldo devedor existente com o BNDES e os Debenturistas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, em decorrência do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 13.2.0768.1, celebrado pela Emissora e pelo BNDES, com a interveniência de terceiros, em 26 de setembro de 2013 e aditivos posteriores ("**Contrato de Financiamento BNDES**") e nos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Compartilhamento**").

#### 5.10. **Obrigações das Patrocinadoras**

5.10.1. Sem prejuízo das Garantias Reais acima, a OTP e a ODEBRECHT, celebrarão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora, o Contrato de Suporte de Patrocinadoras ("**Contrato de Suporte**"), para disciplinar a obrigação da OTP e, subsidiariamente, a obrigação da ODEBRECHT, de aportar recursos na Conta Suporte, nos termos do Contrato de Suporte, a fim de: (i) sempre manter na referida conta o saldo equivalente à soma dos seguintes valores: (a) 1/6 (um sexto) do valor da soma das prestações de amortização do principal e juros da dívida decorrente do Contrato de Financiamento

29

DOCS-SP - 292650v23

superVIA  
Trens Urbanos  
Juridico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

BNDES, vencíveis nos 6 (seis) meses subsequentes; e **(b)** 1/6 (um sexto) do valor da soma da próxima prestação de Amortização Programada e da próxima prestação de Juros Remuneratórios, nos termos da presente Escritura de Emissão ("**Saldo Mínimo de Suporte**"); e **(ii)** no caso de extinção do Contrato de Concessão por caducidade, nos termos do item 7.3 abaixo, quitar integralmente as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, caso o valor da indenização paga pelo Poder Concedente, nos termos da Lei de Concessões, não seja suficiente para fazê-lo ou caso não haja indenização a ser paga pelo Poder Concedente, de acordo com prazos e procedimentos estabelecidos no item 7.3 ("**Obrigações de Suporte**").

5.10.2. Caso o Saldo Mínimo de Reserva não corresponda ao determinado nas cláusulas 5.9.3.2 e 5.9.3.3 acima, os recursos da Conta Suporte serão transferidos para a Conta Reserva, visando a recompor o Saldo Mínimo de Reserva, sendo certo que, a todo momento, durante a vigência das Debêntures, deverá ser mantido o Saldo Mínimo de Suporte na Conta Suporte, ou, alternativamente, o instrumento ou título de crédito, nos termos dos itens 5.10.7 a 5.10.9 da presente Escritura de Emissão.

5.10.3. As Obrigações de Suporte serão extintas, a partir de 30 de abril de 2021, observado o disposto nos itens 5.10.4 e 5.10.5 abaixo, desde que a Emissora obtenha e comprove, cumulativamente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora do exercício social anterior, os seguintes indicadores:


- (i) Estrutura de Capital: a razão entre Patrimônio Líquido e ativo total seja maior ou igual a 0,2x;
- (ii) Dívida Líquida / EBITDA: a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora seja menor ou igual a 3,5x; e
- (iii) ICSD: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Emissora seja maior ou igual a 1,3x;

5.10.4. As Obrigações de Suporte serão declaradas liberadas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, após o exercício em que sejam cumpridas cumulativamente as condições previstas no item 5.10.3 acima e desde que: (i) até 30 de abril de 2021, o Poder Concedente não tenha se manifestado contrariamente à prorrogação da concessão da Emissora, observado ainda o disposto no item 5.10.5 abaixo; e (ii) as Patrocinadoras tenham sido liberadas das obrigações de suporte referentes ao Contrato de Financiamento BNDES.

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

30

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

33/1

5.10.5. A vigência das Obrigações de Suporte será prorrogada por mais 1 (um) ano a partir de 30 de abril de 2021, sem a possibilidade de extinção prevista nos itens 5.10.3 e 5.10.4 acima, cumulativamente, se o ICSD da Emissora, a ser apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras mencionadas no inciso (vi) do item 8.1.1 abaixo, for inferior a 1,1 (um inteiro e um décimo) ( $ICSD < 1,1$ ), a partir do exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017, apurado em 2018.


5.10.6. Para os fins previstos no item 5.10.1, a OTP e, subsidiariamente, a ODEBRECHT, obrigam-se no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a: **(i)** constituir a Conta Suporte, aberta junto ao Banco Depositário, não movimentável pela OTP, com movimentação exclusiva pelo Banco Depositário, que atuará como mandatário da OTP, da ODEBRECHT, da Emissora e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao Saldo Mínimo de Suporte; e **(ii)** ceder fiduciariamente, em garantia das Debêntures, os direitos creditórios detidos pela OTP contra o Banco Depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na Conta Suporte, eventuais aplicações financeiras destes recursos e respectivos rendimentos dessa Conta Suporte, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

5.10.7. Sem prejuízo do cumprimento da obrigação prevista no inciso (ii) do item 5.10.1 acima, a ODEBRECHT e a OTP poderão oferecer aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, instrumento ou título de crédito prestado por instituição financeira, título este em que tal instituição financeira obrigue-se, por valor não inferior ao Saldo Mínimo de Suporte, limitado à proporção indicada no item 5.10.1, inciso I, alínea b e item 7.1.4, alínea b, conforme aplicável, a proceder depósitos na Conta Reserva, para provê-la com o montante equivalente ao Saldo Mínimo de Suporte, limitado à proporção indicada no item 5.10.1, inciso I, alínea b e item 7.1.4, alínea b, conforme aplicável, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Caso o instrumento ou título de crédito apresentado seja prestado por: **(a)** Instituição Financeira de Primeira Linha, ambos (instrumento ou título de crédito e Instituição Financeira de Primeira Linha) deverão ser devidamente aprovados por Debenturistas representando, pelo menos, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação; ou **(b)** instituição financeira que não se enquadre no conceito de Instituição Financeira de Primeira Linha, ambos (instrumento ou título de crédito e instituição financeira) deverão ser devidamente aprovados por Debenturistas representado, pelo menos, 90%.

superVIA  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

31

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





1165936

(noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Na ocorrência de apresentação ao Agente Fiduciário e ao Banco Depositário do instrumento ou título de crédito descrito acima, com a respectiva aprovação do instrumento pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme descrito acima, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e enquanto esse instrumento ou título estiver em vigor, ficam a OTP e a ODEBRECHT desobrigadas de prover a Conta Suporte com o Saldo Mínimo de Suporte, conforme determina o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sem prejuízo do disposto nos itens 5.10.8 e 5.10.9 abaixo.

5.10.8. Sempre que a instituição financeira realizar o depósito na Conta Reserva em cumprimento às suas obrigações decorrentes do instrumento ou título de crédito referido no item 5.10.7 acima, a OTP e a ODEBRECHT deverão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo depósito, constituir novo instrumento ou título de crédito aprovado nos mesmos termos descritos no item 5.10.7 acima, ou realizar depósitos na Conta Suporte a fim de restabelecer o Saldo Mínimo de Suporte, sendo certo que a OTP e a ODEBRECHT permanecerão obrigadas a prover a Conta Suporte com o Saldo Mínimo de Suporte, bem como restabelecê-lo sempre que necessário, enquanto o novo instrumento ou título de crédito não for devidamente constituído.

5.10.9. Em qualquer hipótese, caso não seja feito o depósito previsto no item 5.10.7 acima pela instituição financeira, em até 7 (sete) dias de notificação da necessidade de depósito, emitida nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a OTP e, subsidiariamente, a ODEBRECHT ficam obrigadas a adimplir a obrigação prevista no inciso (i) do item 5.10.1, nos termos dispostos no Contrato de Suporte e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e permanecerão obrigadas nos seus exatos termos, enquanto não houver o restabelecimento de executividade ou apresentação de novo instrumento ou título prestado na forma do item 5.10.7. Neste caso, a OTP fica obrigada a adimplir esta obrigação nos 4 (quatro) dias subsequentes, independentemente de nova notificação. Caso não o faça, obriga-se a ODEBRECHT a, independentemente de nova notificação, adimplir a obrigação descrita no item 5.10.7 nos 3 (três) dias posteriores ao término do prazo para cumprimento da obrigação pela OTP.

5.10.10. A excussão do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações da FEP e/ou o vencimento antecipado das obrigações descritas nesta Escritura de Emissão, resultarão na liberação das Patrocinadoras das Obrigações de Suporte descritas neste item 5.10 e nos

32

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



Contrato de Suporte, exceto no caso de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência das seguintes hipóteses:

- (i) decretação de falência, desde que não ocasionada a pedido dos Debenturistas, ou pedido de autofalência apenas no que tange à Emissora, nos termos do inciso (ii) do item 6.1.1 abaixo, hipótese na qual serão observados os procedimentos previstos nos itens 6.2.2, 6.2.3, 6.2.3.1, 6.2.3.2 e 6.2.4 desta Escritura de Emissão; e
- (ii) recebimento, pela Emissora, de eventual indenização que lhe seja devida pelo Poder Concedente, nos termos da Lei de Concessões, ou manifestação de decisão definitiva que concluir pela inexistência de indenização a ser paga, em decorrência da extinção do Contrato de Concessão por caducidade, nos termos do inciso (xi) do item 6.1.1, hipótese na qual serão observados os procedimentos previstos no item 7.3 abaixo.

#### 5.11. Condições de Pagamento

5.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme o disposto nos itens a seguir:

5.11.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: **(i)** utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou **(ii)** na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: **(a)** na sede da Emissora; ou **(b)** conforme o caso, pelo Escriturador Mandatário.

5.11.1.2. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(ii)** juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.11.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo

33

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



36/11

moratório aos valores a serem pagos, as datas para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando coincidirem com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.11.3. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios ou dos encargos moratórios aplicáveis no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.12. **Repactuação**

5.12.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.13. **Amortização Extraordinária**

5.13.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

5.14. **Resgate Antecipado Facultativo**

5.14.1. Não haverá resgate antecipado facultativo, parcial ou total.

5.15. **Oferta de Resgate Antecipado**

5.15.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares ("**Oferta de Resgate Antecipado**"), sendo que a realização de Oferta de Resgate Antecipado respeitará as regras estabelecidas na Lei 12.431 e será condicionada à expedição de regulamentação específica pelo Conselho Monetário Nacional. Uma vez expedida a regulamentação específica pelo Conselho Monetário Nacional, a Escritura de Emissão será aditada para refletir os procedimentos que deverão ser adotados para a realização da Oferta de Resgate Antecipado, conforme definidos de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Caso a Emissora opte por realizar a Oferta de Resgate Antecipado, prevista nesse item 5.15, deverá ofertar também ao BNDES a

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

34

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



38/1

quitação do saldo proveniente do Contrato de Financiamento BNDES na mesma proporção.


#### 5.16. Aquisição Antecipada Facultativa

- 5.16.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("**Aquisição Antecipada Facultativa**"). As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos deste item poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão. Caso a Emissora opte por realizar a Aquisição Antecipada Facultativa, prevista nesse item 5.16, deverá ofertar também ao BNDES a quitação do saldo proveniente do Contrato de Financiamento BNDES na mesma proporção.

### CLÁUSULA VI - EVENTOS DE INADIMPLEMENTO E VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 6.1. Evento de Inadimplemento


- 6.1.1. Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, respeitados eventuais prazos de cura previstos para reversão do descumprimento, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("**Evento de Inadimplemento**"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, pelas Garantidoras ou pelas Patrocinadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas na presente Escritura de Emissão, em qualquer dos Contratos de Garantia ou no Contrato de Suporte, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da respectiva data de inadimplemento;
- (ii) decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora; 

  
Jurídico  
VISTO

35 

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



- 30/11
- (iii) decretação de falência ou pedido de autofalência da OTP;
  - (iv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora;
  - (v) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da OTP;
  - (vi) fusão, cisão, incorporação, alienação ou qualquer outra mudança societária que resulte em perda do controle acionário da Emissora pela OTP e desta pela ODEBRECHT;
  - (vii) vencimento antecipado da dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES;
  - (viii) transformação da Emissora em sociedade limitada ou qualquer outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações e sem prejuízo do disposto no artigo 222 da referida lei;
  - (ix) término do Contrato de Concessão por decisão judicial transitada em julgado ou por acordo celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente durante o prazo de 60 (sessenta) meses referido no item 7.1.1 abaixo;
  - (x) 10 (dez) dias após o recebimento, pela Emissora, de eventual indenização que lhe seja devida pelo Poder Concedente, nos termos da Lei de Concessões, em decorrência da extinção do Contrato de Concessão por encampação, nos termos do item 7.2 abaixo;
  - (xi) 10 (dez) dias após o recebimento, pela Emissora, de eventual indenização que lhe seja devida pelo Poder Concedente, nos termos da Lei de Concessões, ou após a publicação da decisão definitiva que concluir pela inexistência de indenização a ser paga, em decorrência da extinção do Contrato de Concessão por caducidade, o que ocorrer primeiro, nos termos do item 7.3 abaixo;
  - (xii) ocorrência de extinção do Contrato de Concessão por força de caducidade declarada pelo Poder Concedente após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato de Suporte, nos termos do item 7.3.3 abaixo; ou
  - (xiii) **(a)** alteração, no Contrato de Financiamento BNDES, de qualquer Cláusula Essencial e de quaisquer das partes integrantes do

*super*  
Trens Urbanos  
**Jurídico**  
VISTO

36

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

39/8

Contrato de Financiamento BNDES; ou **(b)** inclusão de qualquer cláusula no Contrato de Financiamento BNDES.



- 6.1.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário e ao BNDES, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.

6.2. **Vencimento Antecipado**

- 6.2.1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (xii) e (xiii) do item 6.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar ciência do Evento de Inadimplemento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

- 6.2.1.1. Observado o disposto no item 5.10.10 acima, no caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (xii) e (xiii) do item 6.1.1 acima, por Debenturistas que representem, pelo menos, 67% das Debêntures em Circulação: **(i)** o Contrato de Suporte deixará de vigorar; e **(ii)** a OTP e a ODEBRECHT ficarão desobrigadas de realizar quaisquer aportes conforme o Contrato de Suporte, nos termos do item 5.10 desta Escritura de Emissão.

- 6.2.1.2. Uma vez declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 6.2.1.1 acima, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas: **(a)** enviará notificação com aviso de recebimento à Emissora ("**Notificação de Vencimento Antecipado**"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de multa e demais encargos moratórios e de quaisquer

37

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165942

outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").

6.2.1.3. Observado o disposto no item 6.2.1.1 acima, uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures e exigido o pagamento do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento, nos termos desta Cláusula VI, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.

6.2.1.4. Nas hipóteses de: (i) não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.2.1 acima por falta de *quorum*; ou (ii) ausência de deliberação por falta de *quorum* na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.2.1 acima, tanto em primeira quanto em segunda convocação, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2.1.5. No caso de não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (xii) e (xiii) do item 6.1.1 acima, ou no caso previsto no item 6.2.1.4 acima, a Emissão continuará vigente e o Contrato de Suporte, caso ainda esteja em vigor, permanecerá válido, nos termos do item 5.10 desta Escritura de Emissão.

6.2.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (ii), (vii), (x) e (xi) do item 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer forma de notificação à Emissora, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente: (i) no caso do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (vii) do item 6.1.1 acima, exigir o pagamento do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento, no prazo de até 10 (dez) dias do respectivo Evento de Inadimplemento; (ii) no caso do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (x) do item 6.1.1 acima, em não sendo o valor da indenização paga pelo Poder Concedente suficiente para quitação integral das obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, exigir o pagamento, pela Emissora, do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento, no prazo estabelecido no item 7.2 abaixo; (iii) no caso do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (xi) do item 6.1.1 acima, em não sendo o valor da indenização paga pelo Poder Concedente suficiente

38

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trans Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165943

para quitação integral das obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão ou em não havendo indenização a ser paga pelo Poder Concedente, exigir o pagamento, pela Emissora ou pela OTP e, subsidiariamente, pela ODEBRECHT, nos termos do Contrato de Suporte, do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento, nos prazos estabelecidos no item 7.3 abaixo; ou (iv) no caso do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (ii) do item 6.1.1 acima, e desde que esse pedido não tenha sido requerido pelos Debenturistas, exigir a continuidade do pagamento das prestações de Amortização Programada e de Juros Remuneratórios pela OTP e, subsidiariamente, pela ODEBRECHT, nos termos do Contrato de Suporte, exceto se decidido de forma diversa nos termos dos itens 6.2.3 e seguintes abaixo.

6.2.3. Não obstante os procedimentos previstos acima, na ocorrência do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (ii) do item 6.1.1, e desde que esse pedido não tenha sido requerido pelos Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar conhecimento do referido Evento de Inadimplemento, Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas deliberem sobre a não manutenção das obrigações assumidas pelas Patrocinadoras no Contrato de Suporte, nos termos do item 5.10 desta Escritura de Emissão.

6.2.3.1. Caso os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item 6.2.3 acima, deliberem, por meio de aprovação por Debenturistas representando, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, pelo término das Obrigações de Suporte estabelecidas no Contrato de Suporte, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, enviará notificação com aviso de recebimento à Emissora ("**Notificação Suporte**"), informando que o Contrato de Suporte deixou de vigorar na data da deliberação, ficando a OTP e a ODEBRECHT desobrigadas de realizar quaisquer aportes nos termos do Contrato de Suporte.

6.2.3.2. Na hipótese de: (i) não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.2.3 acima por falta de *quorum*; ou (ii) ausência de deliberação na referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quorum*, tanto em primeira quanto em segunda convocação, as Obrigações de Suporte assumidas pelas Patrocinadoras no Contrato de Suporte se manterão em pleno vigor e efeito, nos termos do item 5.10 desta Escritura de Emissão.

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trans Urbanos  
Jurídico  
VISTO

39

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



- 6.2.4. O exercício de todos e quaisquer direitos e/ou obrigações pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ou pelos próprios Debenturistas, na ocorrência das hipóteses de Evento de Inadimplemento indicados nos incisos (ii), (iii), (iv) e (v) do item 6.1.1, incluindo mas não se limitando a habilitação de seus créditos na massa falida ou em eventual recuperação judicial, votação ou rejeição do plano de recuperação judicial, não resultarão no término do Contrato de Suporte e nem limitarão o direito dos Debenturistas de exigirem o cumprimento do Contrato de Suporte até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, observado o item 5.10.10.
- 6.2.5. A não declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos do item 6.2.1.5 acima em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício dos direitos, faculdades ou prerrogativas estabelecidos na presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao direito de excussão das Garantias Reais, observado, neste caso, o disposto no item 5.10.10, nem será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento.
- 6.2.6. A não declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos do item 6.2.1.5 acima e o consequente pagamento das prestações de Amortização Programada e de Juros Remuneratórios pela OTP e, subsidiariamente, pela ODEBRECHT, nos termos do Contrato de Suporte, não será interpretado como inadimplemento da Emissora, desde que os referidos pagamentos sejam feitos nos prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão.

## CLÁUSULA VII - EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO


### 7.1. Extinção da Concessão por Iniciativa da Emissora

- 7.1.1. Na ocorrência de propositura de ação judicial, por iniciativa da Emissora, para rescisão do Contrato de Concessão, e desde que sejam comprovados, cumulativamente, os requisitos elencados nos incisos (i) a (v) do item 7.1.2 abaixo, a Emissora poderá, pelo prazo de 60 (sessenta) meses contados da data da propositura da referida ação judicial, efetuar o pagamento das parcelas de Amortização Programada e de Juros Remuneratórios devidas nos termos da presente Escritura de Emissão da seguinte forma:

  
Jurídico  
VISTO

40

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



- 43/A
- (i) as parcelas de Juros Remuneratórios devidos nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios deverão ser integralmente pagas na forma prevista no item 5.6 desta Escritura de Emissão;
  - (ii) as parcelas de Amortização Programada deverão ser pagas nas Datas de Pagamento da Amortização Programada, conforme estabelecidas no item 5.8 desta Escritura de Emissão, limitadas ao montante da Receita Cedida recebida pela Emissora nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores ao vencimento de cada prestação de Amortização Programada;
  - (iii) em sendo os recursos da Receita Cedida insuficientes para o pagamento integral das parcelas de Amortização Programada devidos em cada Data de Pagamento da Amortização Programada, eventual montante não pago nas Datas de Pagamento da Amortização Programada será acumulado e deverá ser pago aos Debenturistas na forma estabelecida no inciso (i) do item 7.1.5 e nos itens 7.1.6 e 7.1.7 abaixo, conforme o caso.

7.1.2. Para fazer jus ao benefício previsto no item 7.1.1 acima, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, declaração acerca do atendimento aos requisitos previstos nos incisos de (i) a (iv) abaixo, conforme modelo constante no Anexo III à presente Escritura de Emissão, bem como comprovar o atendimento ao requisito previsto no inciso (v) abaixo:

- (i) a rescisão pleiteada judicialmente pela Emissora seja motivada pela ocorrência de inadimplemento do Poder Concedente com relação a suas obrigações constantes do Contrato de Concessão;
- (ii) o inadimplemento mencionado no inciso anterior consubstancie-se em ação ou omissão do Poder Concedente, em desacordo do que estabelece o Contrato de Concessão, que tenha ensejado impacto financeiro na Emissora que comprometa seu caixa de forma a impedir o pagamento das Debêntures na forma estabelecida na presente Escritura de Emissão, sendo necessária a demonstração de que a Receita Cedida não é suficiente para o pagamento integral das prestações de Amortização Programada e dos Juros Remuneratórios;
- (iii) as Obrigações de Suporte estejam em pleno vigor, nos termos do Contrato de Suporte;

Jurídico  
VISTO

41

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165946

- hhy/1
- (iv) a Emissora, as Garantidoras e as Patrocinadoras estejam em dia com todas as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, do Contrato de Financiamento BNDES, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações da FEP;
  - (v) constituição prévia de fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por todo o prazo das Debêntures, devendo o fiador obrigar-se na qualidade de devedor solidário e principal pagador das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro").

7.1.3. A fiança mencionada no inciso (v) do item 7.1.2 acima poderá ser prestada pelas formas abaixo previstas, cuja opção será definida conforme avaliação de classificação de risco feita pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, no momento da exigibilidade da prestação desta garantia:

- (i) **(a)** mediante Carta de Fiança a ser prestada por Instituição Financeira de Primeira Linha, ambas as quais (Carta de Fiança e Instituição Financeira de Primeira Linha) deverão ser devidamente aprovadas por Debenturistas representando, pelo menos, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação; ou **(b)** mediante Carta de Fiança a ser prestada por instituição financeira que não se enquadre no conceito de Instituição Financeira de Primeira Linha, ambas as quais (Carta de Fiança e instituição financeira) deverão ser devidamente aprovadas por Debenturistas representando, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- (ii) mediante fiança corporativa da ODEBRECHT ou da OTP.

7.1.4. Uma vez concedido o benefício previsto no item 7.1.1 acima, e durante todo o período de sua vigência, a Emissora deverá permanecer em dia com o pagamento das prestações de Juros Remuneratórios, na forma prevista no item 5.6 desta Escritura, sob pena de revogação do benefício, e as Obrigações de Suporte previstas no Contrato de Suporte estarão limitadas ao depósito na Conta Suporte, pela OTP ou, subsidiariamente, pela ODEBRECHT, do valor correspondente à soma dos seguintes valores: **(a)** o valor correspondente aos juros do Contrato de Financiamento BNDES vencíveis no mês subsequente; e **(b)** próxima parcela dos Juros

42

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165947

Remuneratórios devidos na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, sem prejuízo da exigibilidade e exequibilidade das Garantias Reais prestadas aos Debenturistas nos termos do item 5.9.3 desta Escritura de Emissão, em especial com relação aos recursos depositados na Conta Vinculada e na Conta Reserva, observadas as estipulações do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, não sendo possível a utilização da alternativa prevista no item 5.10.7 desta Escritura de Emissão.

45/1

7.1.5. No decorrer do prazo de 60 (sessenta) meses mencionado no item 7.1.1 acima, caso a Emissora entre em acordo com o Poder Concedente no sentido da continuidade da concessão, desistindo, portanto, do pedido de extinção do Contrato de Concessão, o benefício concedido nos termos do item 7.1.1 acima será automaticamente revogado no dia 15 (quinze) imediatamente subsequente à homologação do acordo nos autos do processo ou do deferimento pelo juiz do pedido de desistência, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Revogação**"), observado o seguinte:

- (i) a Emissora deverá pagar o valor total de eventual montante acumulado de principal devido e não pago durante o período de suspensão da cobrança de encargos moratórios, atualizado monetariamente conforme definido no item 5.6.2 acima, até o Prazo de Revogação;
- (ii) as Obrigações de Suporte voltarão a ser exigíveis nos exatos termos do Contrato de Suporte;
- (iii) uma vez comprovado o cumprimento das obrigações estabelecidas nos incisos (i) e (ii) deste item 7.1.5, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, declarará liberada a fiança prestada nos termos dos itens 7.1.2 e 7.1.3 desta Escritura de Emissão e devolverá a fiança para a OTP e/ou para a ODEBRECHT, conforme o caso.

7.1.6. Caso a hipótese prevista no item 7.1.5 acima não ocorra no decorrer do prazo de 60 (sessenta) meses mencionado no item 7.1.1 acima, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas, em até 90 (noventa) dias do fim do prazo do benefício concedido nos termos do item 7.1.1 acima, o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, podendo, para tanto, excutir a fiança prestada nos termos dos itens 7.1.2 e 7.1.3 desta Escritura de Emissão, bem como as demais garantias prestadas nos termos da presente Escritura de

43

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165948

46/1

Emissão e dos Contratos de Garantia, independentemente do estágio em que se encontre a lide, observado que eventual montante de principal acumulado nos termos do inciso (iii) do item 7.1.1 será atualizado conforme mecanismo definido no item 5.6.2 acima.

7.1.7. O encerramento do Contrato de Concessão por decisão judicial transitada em julgado ou por acordo celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente durante o prazo do benefício concedido nos termos do item 7.1.1 acima poderá, a exclusivo critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, ensejar o vencimento antecipado das Debêntures, com a exigibilidade do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento, após 30 (trinta) dias da publicação da decisão judicial que decretar a extinção da concessão, com a consequente execução da fiança prestada nos termos dos itens 7.1.2 e 7.1.3 desta Escritura de Emissão, bem como das demais garantias prestadas nos termos da presente Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, observado que o montante de principal eventualmente acumulado nos termos do inciso (iii) do item 7.1.1 será atualizado conforme mecanismo definido no item 5.6.2 acima.

7.1.8. A Emissora só poderá se valer do benefício previsto no item 7.1.1 acima uma única vez.

7.1.9. Tendo em vista o disposto neste item 7.1, as Partes desde já concordam que, caso a Emissora proponha ação judicial para rescisão do Contrato de Concessão e exerça o direito ao benefício previsto no item 7.1.1 acima, as seguintes condições das Debêntures serão alteradas, não sendo essas alterações, entretanto, consideradas como novação:

(i) Data de Vencimento: as Debêntures passarão a ter Data de Vencimento equivalente a 60 (sessenta) meses contados da data da propositura da ação judicial para rescisão do Contrato de Concessão, conforme descrita no item 7.1.1 acima ("**Nova Data de Vencimento**"), sem prejuízo do disposto no item 7.1.6;

(ii) Amortização: sem prejuízo do disposto nos itens 7.1.5 e 7.1.7 acima, as parcelas de Amortização Programada das Debêntures continuarão a ser pagas nas Datas de Pagamento da Amortização Programada, nos termos do inciso (ii) do item 7.1.1 acima, e o saldo do Valor Nominal Unitário eventualmente acumulado nos termos do inciso (iii) do item 7.1.1, devidamente atualizado nos termos do item 5.6.2 acima, será pago no prazo de 90 (noventa) dias da Nova Data de Vencimento;

DOCS-SP - 292650v23

44

Supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

(iii) Fiança: sem prejuízo das Garantias Reais constituídas no âmbito da Emissão, deverá ser constituída fiança, nos termos do inciso (v) do item 7.1.2 e do item 7.1.3 acima; e

(iv) Saldo Mínimo de Suporte: mediante a constituição da fiança descrita no inciso (iii) acima, o Saldo Mínimo de Suporte será equivalente à soma dos seguintes valores: **(a)** o valor correspondente aos juros do Contrato de Financiamento BNDES vencíveis no mês subsequente; e **(b)** a próxima parcela dos Juros Remuneratórios devidos na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, nos termos do item 7.1.4 acima.

7.1.10. As Partes ainda concordam que, caso a Emissora entre em acordo com o Poder Concedente no sentido da continuidade da concessão, nos termos do item 7.1.5 acima, as características das Debêntures alteradas nos termos do item 7.1.9 acima voltarão às condições originais, não sendo essas alterações, entretanto, consideradas como novação, sendo certo que:

(i) a Emissora deverá pagar o valor total de eventual montante acumulado de principal devido e não pago durante o período de suspensão até o Prazo de Revogação; e

(ii) após o pagamento das obrigações descritas no inciso (i) do item 7.1.10 acima e reestabelecimento de todas as obrigações da OTP e ODEBRECHT nos termos do Contrato de Suporte, a fiança referida no inciso (iii) do item 7.1.9 acima será automaticamente liberada.

7.1.11. A alteração das características das Debêntures, observado o disposto nos itens 7.1.2 e 7.1.3 acima, será feita independentemente de nova deliberação dos Debenturistas, e será formalizada por meio da celebração de aditamento a presente Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da concessão do benefício previsto no item 7.1.1 acima ou do acordo entre a Emissora e o Poder Concedente no sentido da continuidade da concessão, conforme o caso.

7.1.12. A Emissora deverá enviar à CETIP uma cópia da versão registrada do aditamento à Escritura de Emissão referido no item 7.1.11 acima, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, sendo que a CETIP deverá receber o referido documento, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis antes do próximo evento de pagamento relativo às Debêntures (Data de Pagamento da Amortização Programada, Nova Data de Vencimento ou da Data de Vencimento).



1165950

## 7.2. Extinção da Concessão por Encampação

7.2.1. Na ocorrência de extinção do Contrato de Concessão por força de encampação promovida pelo Poder Concedente, deverão ser observadas as seguintes obrigações:

- (i) a Emissora permanecerá obrigada a pagar as prestações de Amortização Programada e de Juros Remuneratórios nos exatos termos previstos na presente Escritura de Emissão até o efetivo recebimento da indenização que lhe for devida pelo Poder Concedente, nos termos do art. 37, da Lei de Concessões ;
- (ii) diante da ocorrência do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (x) do item 6.1.1 acima, a Emissora obriga-se a utilizar o montante da indenização recebida do Poder Concedente para efetuar o pagamento do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento;
- (iii) em não sendo o valor da indenização paga pelo Poder Concedente suficiente para quitação integral das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, a Emissora permanecerá obrigada pelo pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da referida indenização, sob pena de incidência dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão e da execução das Garantias Reais previstas na presente Escritura de Emissão e contratos acessórios, observado o disposto no item 7.2.2 abaixo.

7.2.2. A ODEBRECHT e a OTP estarão automaticamente liberadas das Obrigações de Suporte caso a Emissora comprove a ocorrência do evento previsto neste item 7.2.1.

7.2.3. As obrigações previstas na presente Cláusula independem da concordância da Emissora com relação ao valor da indenização prévia paga pelo Poder Concedente, sem prejuízo de permanecer vigente a cessão fiduciária sobre todo e qualquer direito creditório devido pelo Poder Concedente à Emissora, na forma prevista no inciso (iii) do item 5.9.3.1, bem como todas as demais Garantias Reais, até a integral quitação de todas as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão.

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

46

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165951

### 7.3. Extinção da Concessão por Caducidade

7.3.1. Na ocorrência de extinção do Contrato de Concessão por força de caducidade declarada pelo Poder Concedente, e desde que o Contrato de Suporte esteja vigente, deverão ser observadas as seguintes obrigações:

- (i) a Emissora permanecerá obrigada a pagar as prestações de Amortização Programada e Juros Remuneratório nos exatos termos previstos na presente Escritura de Emissão até o efetivo recebimento de eventual indenização que lhe seja devida pelo Poder Concedente, nos termos do art. 38, § 5º, da Lei de Concessões;
- (ii) diante da ocorrência do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (xi) do item 6.1.1 acima, a Emissora obriga-se a utilizar o montante da indenização recebida do Poder Concedente para efetuar o pagamento do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento;
- (iii) em não sendo o valor da indenização paga pelo Poder Concedente suficiente para quitação integral das obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão ou em não havendo indenização a ser paga pelo Poder Concedente, a Emissora ou a OTP deverão proceder ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido de Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, em 30 (trinta) dias a contar do recebimento da referida indenização ou a contar da publicação da decisão definitiva, em sede de processo administrativo, que concluir pela inexistência de indenização a ser paga. Caso não procedam ao pagamento, a ODEBRECHT fica, automaticamente e independente de nova notificação, obrigada ao pagamento do saldo devedor remanescente nos 15 (quinze) dias seguintes, sob pena de incidência dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão e da execução das garantias previstas na presente Escritura de Emissão e contratos acessórios.

7.3.2. As obrigações previstas na presente Cláusula independem da concordância da Emissora com relação ao valor da indenização prévia paga pelo Poder Concedente, sem prejuízo de permanecer vigente a cessão fiduciária sobre todo e qualquer direito creditório devido pelo Poder Concedente à Emissora, na forma prevista no inciso (iii) do item 5.9.3.1, bem como todas

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trens Urbanos  
**Jurídico**  
**VISTO**

47

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





as demais Garantias Reais, até a integral quitação de todas as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão.

- 7.3.3. Na ocorrência de extinção do Contrato de Concessão por força de caducidade declarada pelo Poder Concedente após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato de Suporte, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, poderá decretar o imediato vencimento antecipado das Debêntures.

## CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

### 8.1. Obrigações Adicionais da Emissora

- 8.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência das Debêntures;
- (ii) não constituir, sem a prévia autorização dos Debenturistas, penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia aos Debenturistas, nos termos do item 5.9 desta Escritura de Emissão;
- (iii) para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, manter, a partir do ano de 2014, inclusive, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, o ICSD igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a ser apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras mencionadas no inciso (vi) abaixo. O índice mencionado neste inciso tem, para os efeitos desta Escritura de Emissão, o seguinte significado: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: EBITDA / Serviço da Dívida; (b) EBITDA: resultado operacional antes das despesas financeiras e imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e (c) Serviço da Dívida: amortização de principal e pagamento de juros, no período de 12 (doze) meses, sob todos os financiamentos, dívidas títulos de mercado de capitais e instrumentos equivalentes contratados pela Emissora, excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo;
- (iv) caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de

DOCS-SP - 292650v23

**super**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

48

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165953

dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, à exceção do pagamento de dividendos mínimos legais, até que se comprove a recomposição do referido índice, mediante apresentação das memórias de cálculo elaboradas pela Emissora com base nas demonstrações financeiras a que se refere o inciso (vi) abaixo, confirmadas por auditor independente e enviadas ao Agente Fiduciário em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social;

- (v) caso o ICSD, a partir do ano de assinatura desta Escritura de Emissão, seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ( $ICSD < 1,2$ ), apurado nos termos do inciso (vi) abaixo, aportar na Conta Reserva, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data da comunicação, por escrito, do Agente Fiduciário, o montante equivalente a  $1/6$  (um sexto) do valor da próxima prestação de Amortização Programada e de Juros Remuneratórios das Debêntures, observado que os valores adicionais depositados na Conta Reserva nos termos deste inciso somente serão liberados à Emissora, conforme procedimentos constantes no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, após a comprovação do restabelecimento do ICSD igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ( $ICSD \geq 1,2$ );
- (vi) apresentar ao Agente Fiduciário, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, ou em até 10 (dez) Dias Úteis da publicação, o que ocorrer primeiro, suas demonstrações financeiras consolidadas anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM, acompanhadas de: (a) nota explicativa nas respectivas demonstrações financeiras acerca do cálculo de apuração do ICSD contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do ICSD; ou (b) no caso de ausência da referida nota explicativa, relatório específico de apuração do ICSD, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do ICSD, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido ICSD pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

49

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165954

52/A

- (vii) sem a prévia autorização dos Debenturistas, não contrair ou conceder mútuos a seus acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do Grupo Econômico do qual a Emissora faça parte, ressalvadas: **(a)** as operações de capital de giro em condições de mercado que, somadas, possuam valores prestacionais inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais) anuais, anualmente atualizados monetariamente pelo IPCA, devendo ser imediatamente informadas aos Debenturistas; **(b)** aquelas executadas na forma do Contrato de Suporte; e não celebrar com os mesmos contratos de "know-how" e/ou transferência de tecnologia, ressalvados aqueles que, somados, possuam valores prestacionais inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais) anuais, que deverão ser imediatamente informados ao Agente Fiduciário;
- (viii) sem prévia autorização dos Debenturistas, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas de qualquer espécie, ressalvados: **(a)** o Contrato de Suporte; **(b)** os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material que, somados a outras dívidas da mesma natureza previamente existentes, não ultrapassem o limite de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e tenham prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses; **(c)** os descontos de efeitos comerciais de que a Emissora seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços, que, somados a outras dívidas da mesma natureza previamente existentes, não ultrapassem o limite de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e tenham prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses; **(d)** a presente Escritura de Emissão; e **(e)** dívida subordinada no valor de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a ser contratada com o *International Finance Corporation*;
- (ix) manter-se adimplente com as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre Emissora e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 2008;
- (x) comprovar a aplicação dos recursos decorrentes da Emissão conforme a Destinação dos Recursos;
- (xi) remeter ao Agente Fiduciário, dentro de 30 (trinta) dias do seu arquivamento na JUCERJA, 1 (uma) cópia autenticada: **(a)** das

50

DOCS-SP - 292650v23

super  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165955

alterações de seu estatuto social; e **(b)** das atas de suas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, das reuniões do Conselho de Administração, das reuniões do Conselho Fiscal, se instalado, e das Assembleias Gerais de Debenturistas;

- (xii) adotar, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações exigidas por lei e destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que sejam causados pelas intervenções à implementação do Projeto;
- (xiii) sem prévia autorização dos Debenturistas, não alienar nem onerar bens de seu ativo permanente, salvo quando se tratar: **(a)** de bens inservíveis ou obsoletos; ou **(b)** de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade;
- (xiv) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, e outras, de caráter social, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Participação PIS/Pasep e ao Fundo de Investimento Social – Finsocial;
- (xv) reembolsar ao Agente Fiduciário as despesas efetuadas para resguardar os interesses e direitos dos Debenturistas, nos termos do item 10.7 abaixo;
- (xvi) fornecer ao Agente Fiduciário: **(a)** qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis; e **(b)** informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento da sua ocorrência;
- (xvii) apresentar, em até 10 (dez) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, relatório sobre a evolução física e financeira do Projeto;
- (xviii) apresentar ao Agente Fiduciário, conforme solicitado, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados a esta Escritura de Emissão;

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

51

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165956

- (xix) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social anual, declaração assinada por diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: **(I)** que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; **(II)** a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; **(III)** que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
- (xx) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça, convocar, nos termos da Cláusula XI desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (xxi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitada e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxii) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão, Banco Arrecadador, a agência de classificação de risco (*rating*) e a CETIP, bem como realizar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xxiii) contratar, no início da Oferta Restrita, às suas expensas, a agência de classificação de risco Fitch Ratings para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação à referida agência de classificação de risco: **(a)** atualizá-la anualmente até a Data de Vencimento; **(b)** divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; **(c)** entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e **(d)** comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a

57/1

52

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165957

SS/A

classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: **(I)** contratar a agência de classificação de risco Standard & Poor's ou a Moody's, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, notificando apenas o Agente Fiduciário; ou **(II)** notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definição de agência de classificação de risco substituta;

- (xxiv) notificar o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis em até 5 (cinco) Dias Úteis sobre qualquer alteração nas condições, financeiras ou não, ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xxv) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com a regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**");
- (xxvi) arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (xxvii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxviii) promover o registro das Garantias Reais nos registros competentes, nos prazos e forma previstos na lei e nos respectivos Contratos de Garantia, praticar todos os demais atos, firmar os documentos necessários para assegurar e manter a plena validade, eficácia, exequibilidade e solidez das Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxix) cumprir todas as obrigações constantes na Instrução CVM 476, em especial o seu artigo 17: **(a)** preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; **(b)** submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; **(c)** divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três)

53

DOCS-SP - 292650v23

*supervia*  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165958

56/8

meses contados do encerramento do exercício social; **(d)** manter os documentos mencionados no inciso (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; **(e)** observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação; **(f)** divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder da Oferta Restrita; e **(g)** fornecer as informações solicitadas pela CVM;

- (xxx) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores, nos termos das alíneas (c) e (f) do inciso (xxix) acima;
- (xxxi) não transferir ou de qualquer forma de ceder ou prometer ceder a terceiros suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xxxii) não realizar a redução do capital social da Emissora, sem observância do disposto no parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxxiii) cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
- (xxxiv) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades da Emissora;
- (xxxv) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xxxvi) cumprir, em todos os aspectos substanciais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aqueles que estejam sendo discutidos de boa fé; e

54

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165959

(xxxvii) caso a Emissora tenha a intenção de liquidar antecipadamente, total ou parcialmente, a dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES, a Emissora deverá, desde que permitido pela legislação aplicável, oferecer aos Debenturistas o direito de ter as suas Debêntures amortizadas na proporção dos saldos devedores existentes sob o Contrato de Financiamento BNDES e as Debêntures. Para tanto, a amortização antecipada das Debêntures deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação. Caso os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, manifestem-se contrariamente à amortização antecipada das Debêntures, a Emissora poderá aplicar o montante disponível integralmente para a liquidação antecipada da dívida do Contrato de Financiamento BNDES. A obrigação acima deverá ser observada sempre que houver intenção de liquidar antecipadamente, total ou parcialmente, a dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES e desde que permitido pela legislação aplicável.

C8/A

- 8.2. A comprovação do cumprimento da obrigação assumida pela Emissora no inciso (iii) do item 8.1.1 acima será efetuada anualmente com base nas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o estipulado no inciso (vi) do item 8.1.1 acima. O cálculo do ICSD será efetuado com base nos valores apurados no último exercício fiscal constante das referidas demonstrações. Caso a Emissora deixe de apresentar as referidas demonstrações financeiras no prazo estabelecido no inciso (vi), a mesma incidirá nas penalidades estabelecidas nos incisos (iv) e (v) do item 8.1.1 até que tais demonstrações sejam apresentadas, comprovando-se o atingimento dos índices mínimos estabelecidos para cada caso.
- 8.3. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão solicitar, por escrito e a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados nos relatórios de investimentos no âmbito do Projeto e os comprovantes de tais despesas, sendo que a Emissora terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar os comprovantes solicitados.
- 8.4. Caso a Emissora descumpra qualquer das obrigações constantes nos incisos (ii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (xi), (xix), (xxii), (xxiii), (xxv), (xxvii), (xxviii), (xxix), (xxx), (xxxi), (xxxii) e (xxxvii) do item 8.1.1 acima e não sane o respectivo descumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, ou caso a Emissora descumpra as obrigações constantes no inciso (xvi) do item 8.1.1 acima e não tome as devidas providências para sanar o respectivo descumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas, até a data do efetivo adimplemento da

55

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trans Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





respectiva obrigação, a cada 30 (trinta) dias, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia contado do descumprimento, inclusive, um prêmio equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos na data do respectivo pagamento.

58/1

8.4.1. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas a respeito do descumprimento de qualquer das obrigações referidas no item 8.4 acima no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento, sendo que a CETIP deverá ser comunicada a respeito da possível exigibilidade do prêmio referido no item 8.4 acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

## CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 9.1. Declarações

9.2. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (i) é uma sociedade comercial devidamente organizada na forma de sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Suporte e nos demais documentos de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Suporte e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições, ressalvadas as limitações decorrentes de leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Suporte e a realização da Emissão e da Oferta Restrita foram devidamente autorizadas pelo seu órgão estatutário competente e não

56  
K

**supervia**  
Trens Urbanos  
Juridico  
VISTO

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



infringem: **(a)** seu estatuto social; ou **(b)** qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;

57/1

- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Suporte, a prestação das Garantias Reais e a realização da Emissão e da Oferta Restrita não infringem qualquer: **(a)** disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; **(b)** contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou **(c)** obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de sua respectiva situação econômico financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (vii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora, referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (viii) as informações financeiras da Emissora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (ix) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, exceto por aquelas que estejam sendo discutidas de boa-fé;
- (x) detém todas as autorizações e licenças necessárias para o regular exercício de suas atividades, bem como solicitou tempestivamente a renovação das referidas autorizações e licenças, no caso das autorizações e licenças que estejam vencidas na presente data;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos

4  
8  
16

*supervia*  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

57

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

60/1

(xii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.

9.2.1. A Emissora compromete-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ou garantias prestadas na presente Escritura de Emissão provarem-se falsas ou revelarem-se, total ou parcialmente, inconsistentes, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA X - AGENTE FIDUCIÁRIO

### 10.1. Do Agente Fiduciário

10.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora, as Garantidoras e as Patrocinadoras.

### 10.2. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

10.2.1. O Agente Fiduciário, neste ato, declara e garante que:

- (i) é uma instituição financeira devidamente organizada na forma de sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento, o Contrato de Suporte e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento e do Contrato de Suporte, bem como ao cumprimento de suas respectivas atribuições e deveres, na qualidade de agente fiduciário, previstas na Escritura de Emissão,

58

DOCS-SP - 292650v23

**super**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



61/1

nos Contratos de Garantia, no Contrato de Compartilhamento e no Contrato de Suporte, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento e do Contrato de Suporte foi devidamente autorizada pelos seu órgão estatutário competente e não infringe: **(a)** seu estatuto social; ou **(b)** qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 28**"); e
- (vi) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que não há outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário.

### 10.3. Substituição

- 10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.
- 10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora para que esta comunique os Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas pedindo sua substituição.
- 10.3.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

DOCS-SP - 292650v23

59

*Supervia*  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



62/11

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA, nos termos do item 3.3.1 desta Escritura de Emissão.

10.3.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.

10.3.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

10.3.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 10.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.


10.3.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

#### 10.4. Deveres



60

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



10.4.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vi) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros Remuneratórios e da Amortização Programada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das Garantias Reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, das Garantidoras e das Patrocinadoras;
- (ix) elaborar o relatório anual, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados

61

DOCS-SP - 292650v23

**SUPERVIA**  
Trens Urbanos  
**Jurídico**  
**VISTO**

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165966

64/1

pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (g) pagamentos dos Juros Remuneratórios realizados no período.
- (x) colocar o relatório de que trata o inciso (ix) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;
- (xi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xii) comunicar a Emissora acerca da declaração de vencimento antecipado das Debêntures;

62

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165967

68/1

- (xiii) consultar os Debenturistas previamente à excussão das Garantias Reais;
- (xiv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xv) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xix) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com as informações obtidas junto à Emissora;
- (xx) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões, constantes de tais informações;

*Supervia*  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

63

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





- 66/7
- (xxi) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por eles solicitada; e
  - (xxii) disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado e os Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de seu *website*.
  - (xxiii) caso a Emissora não esteja cumprindo suas obrigações descritas nos incisos (xxii) e (xxiii) do item 8.1.1 acima, referentes à contratação de agência de classificação de risco (*rating*), promover, às expensas da Emissora, a contratação de agência de classificação de risco dentre a Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação à referida agência de classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente até a Data de Vencimento; e (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco. A contratação da agência de classificação de risco pelo Agente Fiduciário será condicionada ao pagamento, pela Emissora diretamente à agência de classificação de risco, de todos os valores a serem pagos à agência de classificação de risco a título de remuneração. Para os fins do inciso (i) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, a falta de pagamento da Emissora para a agência de classificação de risco (*rating*) será considerada como um descumprimento de obrigação pecuniária da Emissora.

#### 10.5. Atribuições Específicas


10.5.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula VI desta Escritura de Emissão;
- (ii) executar Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

supervia  
Trans Urbanos  
Jurídico  
VISTO

64

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



- 68/A
- (iii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
  - (iv) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
  - (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (iv) do item 10.5.1 acima, mediante autorização específica dos Debenturistas, por decisão da unanimidade das Debêntures em Circulação tomada na Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese do inciso (v), será suficiente a deliberação de, pelo menos, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.


10.5.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou dos documentos da Oferta Restrita.

65

f

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

DOCS-SP - 292650v23

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165970

62/1

10.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário: **(i)** que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou **(ii)** relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, somente serão válidas, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do ICSD.

#### 10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.

10.6.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

10.6.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 10.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 10.6.1, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

10.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

10.6.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: **(i)** Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS); **(ii)** Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); **(iii)** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e **(iv)** quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Juridico  
VISTO

66

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165971

10.7. **Despesas**

Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.6.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento pela Emissora a que se refere o item 10.7.1 acima será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3. Não obstante o disposto no item 10.7.1 acima, os Debenturistas poderão, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, adiantar, ao Agente Fiduciário, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, tais despesas deverão ser ressarcidas pela Emissora.

10.7.3.1. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

10.7.3.2. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para a cobertura do risco da sucumbência.

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

67

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165972

70/1

10.7.4. As despesas a que se refere este item 10.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iv) despesas incorridas em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (v) despesas com *conference calls*;
- (vi) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (vii) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

#### CLÁUSULA XI - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

##### 11.1. Assembleia Geral de Debenturistas

11.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

11.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal de grande

68

DOCS-SP - 292650v23

SUPERVIA  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

f

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165973

circulação e diário oficial mencionados no item 13.6.1 abaixo e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

- 11.1.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleia geral de acionistas.
- 11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
- 11.1.5. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
- 11.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

## 11.2. Quorum de Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas

- 11.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

DOCS-SP - 292650v23

supervia  
Trans Urbanos  
Jurídico  
VISTO

69

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



### 11.3. Quorum de Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas

- 11.3.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto.
- 11.3.2. Ressalvado o disposto no item 11.3.3 abaixo e o aditamento previsto no item 5.6.1.3 acima, além dos demais quoruns especiais previstos nesta Escritura de Emissão, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação, tanto em primeira quanto em segunda convocação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.
- 11.3.3. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar qualquer modificação nos termos e condições das Debêntures estabelecidos nas seguintes cláusulas e itens desta Escritura de Emissão: **(i)** Cláusula IV (Características da Emissão); **(ii)** Cláusula V (Características das Debêntures), incluídos os itens 5.9 e 5.10; **(iii)** Cláusula VI (Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado), inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; **(iv)** item 8.1.1 da Cláusula VIII (Obrigações Adicionais); e **(v)** Cláusula XI (Assembleia Geral de Debenturistas).
- 11.3.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 11.3.5. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.
- 11.3.6. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias contado da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

### CLÁUSULA XII - ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO

DOCS-SP - 292650v23

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

70

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



73/Λ

- 12.1. O **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário desta Emissão, responsável também pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("**Escriturador Mandatário**").
- 12.2. O **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco liquidante de emissão da Emissão ("**Banco Liquidante de Emissão**").

### CLÁUSULA XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 13.1. Renúncia

13.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### 13.2. Custos de Registro

13.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### 13.3. Irrevogabilidade

13.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

#### 13.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens

super<sup>via</sup>  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

71

*[Handwritten signature]*

DOCS-SP - 292650v23

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3





13.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

74/n

13.4.2. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

### 13.5. Título Executivo Extrajudicial

13.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações posteriores.

### 13.6. Publicidade

13.6.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados na forma de avisos, no Jornal do Comércio e no DOERJ, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.supervia.com.br) em até 5 (cinco) Dias Úteis da ciência do ato a ser divulgado ("**Avisos aos Debenturistas**"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a mesma deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas, informando o novo veículo.

### 13.7. Comunicações

13.7.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(i) Se para o Agente Fiduciário:

**supervia**  
Trens Urbanos  
Jurídico  
VISTO

72

*[Handwritten signature]*

DOCS-SP - 292650v23

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

e-mail: [operacional@pentagonotruster.com.br](mailto:operacional@pentagonotruster.com.br)

(ii) Se para a Emissora:

**SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**

Rua da América, nº 210, parte, Santo Cristo

CEP 20220-590 Rio de Janeiro - RJ

At.: Herbert Adriano Quirino dos Santos

Telefone: (21) 2153 3101

Fac-símile: (21) 2111 9500

e-mail: [hquirino@supervia.com.br](mailto:hquirino@supervia.com.br)

(iii) Se para a CETIP:

**CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

(iv) Se para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP 04538-132 São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140


e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(v) Se para o Banco Liquidante de Emissão:



DOCS-SP - 292650v23

73

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal

CEP 04344-902 São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

26/1

13.7.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

**13.8. Prorrogação dos Prazos**

13.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo, feriado na Cidade do Rio de Janeiro ou feriado declarado nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

13.8.2. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.


**13.9. Cessão**

13.9.1. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora.

DOCS-SP - 292650v23



74

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165979

13.10. **Lei Aplicável**

13.10.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.11. **Eleição de Foro**

13.11.1. Fica eleito o foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.


E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2014

  
Jurídico  
VISTO

DOCS-SP - 292650v23

75

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165980

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., celebrada entre Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., na qualidade de Emissora, e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

**SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**  
na qualidade de Emissora

Nome: Herbert Adriano Quirino dos Santos  
Cargo: Diretor Financeiro

Nome: João Gonçalves  
Cargo: Diretor de Operações



DOCS-SP - 292650v23

76

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165981

77/Λ

DOCS-SP - 292650v23



77  
Λ S f

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



1165982

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., celebrada entre Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., na qualidade de Emissora, e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

Kaulina Vangelotti  
Nome: Kaulina Gonçalves Vangelotti.  
Cargo: Procuradora.

Testemunhas:

Amílcar Antunes de Azevedo  
Nome: Amílcar Antunes de Azevedo  
RG: 10380425-8

Viviane Cristina S. de Oliveira Bastos  
Nome: Viviane Cristina S. de Oliveira Bastos  
RG: 12.955.109.9.



DOCS-SP - 292650v23

78

Bernardo F. S. Berwanger  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

91/1

ANEXO I

DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS



Nº da Parcela dos Juros Remuneratórios	Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios
1ª parcela	15/05/2015
2ª parcela	15/11/2015
3ª parcela	15/05/2016
4ª parcela	15/11/2016
5ª parcela	15/05/2017
6ª parcela	15/11/2017
7ª parcela	15/05/2018
8ª parcela	15/11/2018
9ª parcela	15/05/2019
10ª parcela	15/11/2019
11ª parcela	15/05/2020
12ª parcela	15/11/2020
13ª parcela	15/05/2021
14ª parcela	15/11/2021
15ª parcela	15/05/2022
16ª parcela	15/11/2022
17ª parcela	15/05/2023
18ª parcela	15/11/2023
19ª parcela	15/05/2024
20ª parcela	15/11/2024
21ª parcela	15/05/2025
22ª parcela	15/11/2025
23ª parcela	15/05/2026
24ª parcela	15/11/2026



10

1

79

DOCS-SP - 292650v23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3



88/1

ANEXO II

DATAS DE PAGAMENTO DAS PARCELAS DA AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA



1165984

Nº da Parcela da Amortização Programada	Percentual sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado(%)	Data de Pagamento da Parcela da Amortização Programada
1ª parcela	5.888	15/11/2018
2ª parcela	5.882	15/05/2019
3ª parcela	5.882	15/11/2019
4ª parcela	5.882	15/05/2020
5ª parcela	5.882	15/11/2020
6ª parcela	5.882	15/05/2021
7ª parcela	5.882	15/11/2021
8ª parcela	5.882	15/05/2022
9ª parcela	5.882	15/11/2022
10ª parcela	5.882	15/05/2023
11ª parcela	5.882	15/11/2023
12ª parcela	5.882	15/05/2024
13ª parcela	5.882	15/11/2024
14ª parcela	5.882	15/05/2025
15ª parcela	5.882	15/11/2025
16ª parcela	5.882	15/05/2026
17ª parcela	saldo	15/11/2026



86

80

DOCS-SP - 292650v23

Handwritten marks and signatures.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3

83/1

ANEXO III



1165985

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

[Local], [•] de [•] de [•]

À

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, Salas 303 e 305, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

22640-102

A/C: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: Declaração de Cumprimento de Obrigações Contratuais

Prezados Senhores,

Reportamo-nos ao assunto em referência para, nos termos do item 7.1.2 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., celebrado em 27 de novembro de 2014, entre Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("**Emissora**") e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Escritura de Emissão**"), declarar que a Emissora atendeu aos requisitos listados nos incisos (i), (ii), (iii) e (iv) previstos no item 7.1.2 da Escritura de Emissão, de modo a fazer jus ao benefício previsto no item 7.1.1 da Escritura de Emissão.

Sendo o que nos cumpria para o momento, permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

**SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



DOCS-SP - 292650v23

81

Handwritten initials and signature

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
Nire: 33300261052  
Protocolo: 0020144105748 - 02/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: CBA23CCB940F738ED5905BC3B52EC8174508428ADC08A8B83A93FB2693E27B28  
Arquivamento: ED33000583-000/3